

Formando a Nação: a fabricação corporal nas aulas de educação física no Estado Novo

JOSIANE SILVA DE BARROS DUARTE*

A Era Vargas foi um período de 15 anos de Governo (1930-1945) que a historiografia convencionou dividir em três momentos distintos: a primeira fase (1930-1934), que se inicia subsequentemente ao golpe e que se caracteriza pela proposição de projetos reformistas que abordavam assuntos como justiça social, igualdade e liberdade política. A segunda (1934-1937) foi regida por um Governo Constitucional que Vargas através de eleição indireta torna-se presidente e com um plano liberal-democrático governa o país, apoiado pela Constituição de 1934. É na terceira fase (1937-1945), conhecida também como Estado Novo, que através de um golpe de estado com a ajuda das Forças Armadas que Vargas instala no Brasil um Governo autoritário.

Inicia-se no Estado Novo um período de transformações gestadas estrategicamente e com o propósito de manter um regime ditatorial, centralizando seu poder e retirando a autonomia dos Estados. Uma das características deste período é o extremo nacionalismo, traduzido em investimentos na educação, na saúde e na cultura com o objetivo de formar um novo “homem brasileiro” e assegurando a vida do trabalhador brasileiro lhe garantido “saúde, educação, alimentação, habitação” através do papel de mediador entre os interesses da classe trabalhadora e da burguesia industrial, ou seja, estas ações apresentavam um conjunto de ideologias-políticas capaz de assegurar e manter a hegemonia de Getúlio Vargas no país. O objetivo neste texto é discutir as políticas levadas a cabo pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), suas responsabilidades enquanto mantenedor de uma política social da saúde e das políticas educacionais e analisar a participação da Educação Física nestes dois aspectos onde a preocupação com a população brasileira fez da disciplina uma estratégia para forjar um corpo nacional com características que iremos confrontar ao longo do texto. Para tal, far-se-á necessário compreender o contexto histórico no qual meu objeto de pesquisa se constitui e é por esta razão que me deterei em analisar as propostas do MES.

* Universidade Severino Sombra (USS) - Mestranda.

Mesmo sabendo que o MES compreendia quatro pontos centrais em sua administração: a educação, a saúde pública, a assistência social e cultural, essa pesquisa envolverá especificamente a área da educação e saúde e em alguns momentos o da assistência social, já que todas as atividades que envolvem as ideologias do Estado Novo estão interligadas ao Ministério. A discussão aqui inserida nos levará a alguns questionamentos que serão respondidos ao longo do texto sendo eles: as ideologias políticas que compreendiam o MES foram responsáveis por forjar um ideal de corpo brasileiro no Estado Novo? Como a Educação Física se insere neste contexto político-ideológico e quais foram os princípios básicos que conduziram a disciplina a propostas de padronização corporal que correspondessem às expectativas do governo Vargas? Apoiado sobre estes questionamentos o trabalho inicia-se buscando na historiografia a trajetória e a participação do MES nas ações que contribuíram na formação da sociedade brasileira.

A atuação do MES foi fundamental para a ascensão de uma sociedade que transitava em meio a um sistema de base agroexportadora rumo ao urbano-industrial. Este período de desenvolvimento econômico teve seu ápice entre os anos de 1933 a 1939, obrigando ao governo adquirir ideologias políticas que compreendessem as transformações que o Brasil vinha sofrendo no setor trabalhista com as mudanças na cultura do trabalho, no setor educacional com as reformas educacionais e na área da saúde. Estes foram trabalhos iniciados na Primeira República (1889-1930), no qual Getúlio Vargas em seu governo tornou contínuo, porém sua maneira de administrar apresentaria projetos de políticas sociais que dariam legitimidade ao Estado através da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) com a intenção de fortalecer seu governo.

É necessário destacar que no final do século XIX e início do século XX houve um grande crescimento da população urbana, devido a grande concentração de indústrias nas principais cidades, como o Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Salvador. Esta aglomeração de indivíduos propiciava o desenvolvimento de muitas doenças resultantes da precariedade das instalações residenciais, pela falta de higiene pessoal exercida por um não

cuidado com o corpo. Era objetivando reverter esse quadro é que podemos entender a intervenção dos médicos higienistas que naquele momento se encontravam preocupados não só com saúde da população, mas também com a diminuição das doenças e da mortalidade principalmente a infantil.

Teóricos como Moulin nos ajuda a compreender os processos que conduziram o corpo às transformações ao longo dos séculos. Nas pesquisas da autora baseadas nas relações do corpo com as práticas da medicina e no papel que ela exerceu na busca da longevidade humana nos faz perceber que o século XX emerge trazendo a concepção de um corpo saudável, garantindo o direito que o indivíduo tem à saúde, promovido pela assistência médica. Baseado nestes princípios a medicina ocidental passa, através de seus conhecimentos científicos, ditar regras e orientações que viriam afetar as atividades diárias da sociedade. Dessas práticas que ganham força no final do século XIX autores como Faure também vai afirmar que a intervenção médica que ele chama de “higienismo moralizante” determinaria ao indivíduo a responsabilidade pela sua própria saúde. Caberia aos médicos o papel de intervir nos seus costumes que se originam das condições das novas mudanças sociais, o autor ainda aponta que “o higienismo, nascido de uma visão global do indivíduo, dá origem à saúde pública que integra o indivíduo a um conjunto mais vasto, a sociedade, e dá a esta a prioridade sobre aquele” (FAURE, 2009: 54). Demonstrando dessa maneira uma mudança na perspectiva corporal do indivíduo do século XX.

No Brasil esse discurso higiênico associa-se com as práticas pedagógicas como podemos observar nos estudos de Tarcísio Mauro Vago que ao pesquisar a cultura escolar na cidade de Belo Horizonte nas primeiras duas décadas do século XX, investigou em seu trabalho uma possível revolução de costumes direcionados às crianças de classe baixa daquela região. O autor relata que o objetivo da política republicana seria construir um “pequeno indivíduo” com hábitos considerados civilizados. A Educação auxiliaria no “cultivo aos corpos” como podemos ver em seu texto:

Muitos foram os dispositivos mobilizados para realizar uma pretendida “educação physica” das crianças, presentes na legislação do ensino; nas maneiras de

organizar e ocupar os espaços; na distribuição dos tempos escolares; nas diferentes disciplinas dos programas de ensino; na obsessão pela higiene; na inspeção médica; nos rituais escolares; na aproximação com as práticas de trabalho; e, ainda, nos muitos cuidados que lhes dedicavam as Diretoras e professoras (VAGO, 2000: 121).

Diante do exposto acima, percebe-se por que no governo Vargas forjou-se uma nova política de intervenção que incluía a educação, a saúde e o mercado de trabalho. A escola, portanto, seria um importante espaço para a intervenção médica na saúde das crianças com suas promessas de prevenir ou de curar. Fonseca cita o exemplo de Oscar Clark, médico e filantropo, que apresentou ao governo as ideias de reunir as práticas higienistas com as pedagógicas, uma interação entre o médico e o professor, cuja tradução seria a escola-hospital. Segundo a autora, a primeira escola-hospital foi inaugurada em 1938, em Araruama, estado do Rio de Janeiro, e seria responsável por tratar diversas doenças que afligissem as crianças tais como, tuberculose, impaludismo e sífilis. Além do acompanhamento médico, pedagógico e práticas de atividades ao ar livre as crianças seriam preparadas para o trabalho, cultivando a terra e cuidando de animais. Enfim, a escola-hospital atenderia às propostas do governo oferecendo educação, saúde e preparo ao trabalho.

Oscar Clark, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, propunha na verdade uma reforma do ensino médico. Conforme Gisele Sanglard afirma, para ele,

a nova escola de Medicina seria alicerçada nas maternidades, nos berçários, nas escolas primárias, nos jardins da infância e nas Escolas-hospitais – considerados por ele como instrumentos eficientes no combate à mortalidade infantil, exercendo assim o que o autor considera como função humanitária, além de garantir o futuro da nação, através de uma raça sadia. A pedagogia dessas escolas baseia-se na fisiologia e na psicologia, atingindo o corpo e a alma das crianças. Seu objetivo é atingido através das aulas de educação física, da instrução intelectual e da educação moral. O público-alvo dessas instituições são as crianças em risco, notadamente, a desnutrição e a tuberculose (SANGLARD, 2008:110).

Com o sucesso do trabalho desenvolvido na escola-hospital, cria-se mais tarde uma similar no Distrito Federal com serviços que envolviam “instrução, alimentação, tratamento médico, educação física e aprendiam a trabalhar” – a Escola-Hospital Oscar Clark, no bairro do Maracanã (hoje Instituto Municipal de Medicina Física e Reabilitação Oscar Clark). Assim, o

médico Oscar Clark ligado aos serviços governamentais destacava a importância da educação sanitária para resolver os problemas da saúde na população. Reforçando o papel que a escola possuía em educar e divulgar o conhecimento adquirido com relação à prevenção de doenças. Chamamos atenção que, no final da década seguinte, foi inaugurado também em 1948, o Centro Médico-Pedagógico Oswaldo Cruz, nas dependências do Hospital Municipal Barata Ribeiro, na Mangueira, cujas bases foram àquelas preconizadas por Oscar Clark e que crianças egressas da rede pública e particular de ensino que necessitavam de cirurgias ortopédicas.

As discussões e os serviços ligados ao assunto materno-infantil ganham força no país após 1930, antes disso as atividades sociais relativas ao assunto eram mantidas por instituições privadas ou de cunho filantrópico. Como podemos ver a seguir, a atuação do governo a respeito do assunto se tornará mais ordenado e ativo com a criação do MESP.

Getúlio Vargas quando cria o MESP e o MTIC, em novembro de 1930, tem como propósito organizar as esferas administrativas do governo começando pelo setor social, pois atuar em todo território nacional seria uma forma de centralizar suas atividades mantendo todo país sobre seu controle. O MESP passou por três gestores durante os primeiros quatro anos após sua criação, nos dois anos iniciais (1930-1932), o ministério ficou sobre responsabilidade de Francisco Campos e Belisário Pena que devido à crise econômica de 1929 tiveram problemas em desenvolver algumas mudanças institucionais por motivo de corte no orçamento. Foram nos dois anos seguintes (1932-1934), na gestão de Washington Pires, que ocorreram constantes transformações de âmbito administrativo resultando na reforma dos serviços de saúde pública, que segundo Fonseca “a reforma objetivava modificar os serviços administrativos referentes à pasta da Educação e Saúde Pública que ainda não apresentassem uma articulação conveniente entre si” (FONSECA, 2007:123). Em janeiro de 1937, após a reforma levada a cabo pelo ministro Gustavo Capanema, o MESP passa a denominar-se apenas MES.

Conforme os estudos de Hochman, a saúde pública no Brasil tem seu direcionamento definido a partir da reforma de Gustavo Capanema em janeiro de 1937, quando as diretrizes que orientam as políticas do Ministério se ajustam aos preceitos que direcionam a política social do governo. Os aspectos que marcaram a saúde pública no Estado Novo tratavam de discussões de combate às endemias rurais – ancilostomose, tuberculose, febre amarela, malária e mal de chagas – realizando um trabalho de prevenção e controle destas doenças, porém de forma coletiva e não individualizada, ou seja, a assistência aos problemas sanitários do homem do campo só seriam preocupantes se levassem a um risco coletivo para a sociedade.

Foram criados diversos departamentos, serviços e divisões na área da saúde para atuarem nos problemas que afligiam o país. No entanto, cabe ressaltar o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), que segundo Fonseca foi criado exatamente para divulgação e conscientização da população brasileira sobre as práticas de higiene. Seus alvos principais foram à proteção da criança, a alimentação pública e a tuberculose que utilizavam como métodos a divulgação e educação sanitária, para isso o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ajudava produzindo folhetos, livros e catálogos. Palestras em rádios, conferências em escolas eram outros métodos aplicados pelo SNES para a propagação de seus serviços. Os conteúdos discutidos ensinavam como prevenir doenças como sarampo, poliomielite, meningite, lepra, peste, malária, tracoma e doenças venéreas. Além das doenças este órgão público abordavam outros temas ligados ao combate de moscas, tabagismo, cuidados com os dentes e também exames pré-nupciais. Estes serviços prestados pelo SNES foram de âmbito nacional educando e conscientizando a população, prezando pela sua integridade física e para a melhoria da saúde.

Maurício Parada também menciona a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr) pelo Ministério da Educação e Saúde, em fevereiro de 1940, um órgão público desvinculado do Departamento Nacional de Saúde (DNS) e responsável por administrar os serviços de atendimento à família e a criança oferecendo apoio e orientação médica às mães do início da gestação até a fase escolar da criança através de Postos de Puericultura, após esta fase a

responsabilidade passaria à Casa da Criança um modelo escolar que uniam as práticas pedagógicas com assistência médica.

Segundo Pereira, o Departamento contava com o apoio de médicos puericultores, professoras primárias, prefeitos, juizes e mulheres em geral. Os estabelecimentos ligados ao departamento recebiam assistência técnica e em alguns momentos ajuda financeira, pois as atividades envolvidas eram em sua maioria de cunho filantrópico. Os médicos puericultores que auxiliavam as instituições (postos de puericultura, creche, escola maternal, jardim de infância, parque infantil, escola primária e casa da criança), garantiam à criança prevenção de doenças e da má formação corporal e intelectual. Trabalhando também como assistentes sociais os médicos concediam à “higiene social” da população.

Dentro do próprio MES ocorria paralela às discussões e inovações da saúde pública o desenrolar da educação brasileira, onde eram travados os embates entre intelectuais, políticos, religiosos e militares encaminhando a educação do país a pensamentos distintos, como podemos ver no texto de Schwartzman, Bomeny e Costa:

O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e a abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupavam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo. Havia os defensores da escola pública e os guardiões da iniciativa privada; os que punham toda ênfase na formação das elites e os que davam prioridade à educação popular. Todos concordavam, contudo, que optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação e tragédia nacional (SCHWARTZMAN, 2000: 69).

Segundo os autores, os confrontos ideológicos que envolveram a educação iniciaram-se a partir da década de 1930. O movimento da Escola Nova é um dos exemplos, surgindo no Brasil na década de 1920 o movimento ganha forças nas décadas seguintes com seu ideal de forjar um “cidadão livre e consciente” e que se adaptasse a uma nova sociedade que emergia

no país naquele início de século. Para essa tendência a educação pública, universal, gratuita e leiga permitiria oportunidades para todos ao receber o mesmo modelo de educação.

Aranha em seus estudos afirma que os princípios da Escola Nova seria a “educação integral (intelectual, moral e física); educação ativa; educação prática; com obrigatoriedade de trabalhos manuais; exercícios de autonomia; vida no campo; internato; coeducação; ensino individualizado”(ARANHA, 2006: 247). Estas características ganhariam consistência através de “laboratórios, oficinas, hortas ou até imprensa”. A autora completa ainda que ultrapassando as ideologias intelectualistas da escola tradicional, seria importante trabalhar com “os jogos, os exercícios, as práticas de desenvolvimento da motricidade e da percepção, a fim de aperfeiçoar as mais diversas habilidades”. Entende-se que empregando tais atividades nas crianças seria possível contribuir para sua formação global e sua autonomia preparando futuros cidadãos para uma sociedade democrática.

As Forças Armadas via também na educação a oportunidade de disciplinar a sociedade através de seus ensinamentos que envolviam a “educação moral, a educação cívica, religiosa, familiar e a educação nacionalista”. Seu envolvimento com a pedagogia ganharia força após 1937, quando a Igreja e principalmente o Governo moldados em uma política nacionalista percebem que a participação das Forças Armadas na educação do povo brasileiro contribuiria, com suas práticas disciplinares, na preparação de um cidadão responsável e preparado para defender seu país.

As discussões propagadas em torno de diversas ideologias aqui fundamentadas foram primordiais para o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação (PNE) em maio de 1937, com 504 artigos ela abordava uma série de princípios e orientações educacionais que se divergiam em suas ideias. Segundo o autor, o documento explica inicialmente que seus principais objetivos seria fundamentar as “instituições escolares e extra-escolares, públicas e privadas, em todo o país”, assim direcionaria a sociedade aos “princípios gerais da educação nacional, regulamentava a liberdade de cátedra, o ensino da religião, da educação moral e cívica, a educação física”. Assim a educação no Brasil seria responsável em formar um

cidadão integral em pleno domínio de suas “faculdades morais, intelectuais e físicas”, adequado à sua realidade social e preparado para servir ao país.

Segundo Schwartzman, o PNE dedicou um trecho exclusivo de seu projeto para discutir a organização do ensino no país. A educação de jovens no Brasil começaria do pré-primário ao secundário e paralelo a esta educação o ensino especializado que iria do ensino elementar ao superior. Assim, foi na reforma do ensino secundário no início da década de 1940 que o Estado Novo simboliza suas ações na educação. A educação seria um palco de divisões de classes sociais através da preparação ao trabalho; o ensino superior e o secundário seriam destinados à elite brasileira, enquanto o ensino industrial caberia aos futuros trabalhadores brasileiros.

O ensino secundário de acordo com o autor teria o objetivo de formar futuros cidadãos preparados para atender as necessidades imperativas da sociedade e também criar neles a sensação de pertencimento a uma nação. Para isso, a preparação moral e ética se fazia necessária, já que se tratava da formação de indivíduos que se tornariam condutores da grande população brasileira, por isso estimular o sentimento patriótico nos adolescentes para garantir a continuidade do país seria uma estratégia do PNE.

A Educação Física ganha seu espaço a partir do momento em que será utilizada nas escolas para transmitir ao adolescente a “consciência patriótica”, através do ensino pré-militar que foi promulgado pela reforma como obrigatória para todas as instituições de ensino públicas e particulares do país. Com a função de desenvolver a capacidade física do aluno e prepará-lo para um futuro soldado da nação.

Analisando os arquivos de Gustavo Capanema no qual se encontram documentos do Ministério da Educação e Saúde (MES) que abordam a retrospectiva da evolução da Educação Física no país, percebe-se o quanto ela foi discutida no âmbito político e acadêmico sendo palco de uma ideologia/política que tinha como objetivo forjar um indivíduo constituído de características que qualificassem o “homem brasileiro”. Observa-se nos documentos que

durante o Brasil Império ocorriam entre educadores, médicos e militares propostas e projetos que se completavam e se divergiam em torno da Educação Física. Essas discussões colaboraram para que a Educação Física ganhasse um aspecto mais educativo, assim através de seus métodos de ensino “sistematizado” ela orientaria o indivíduo atuando nos estabelecimentos de ensino do exército. Como podemos ver no texto “através desses trabalhos sentimos nitidamente o processo de evolução sofrido pela Educação Física que lhe permitiu ir passando do quadro da higiene para o da educação” (CPDoc FGV. GC. 34.07.14).

Entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930 é visível o aumento das práticas esportivas e as atividades ligadas à ginástica são utilizadas apenas nas Associações de Moços, no Ginásio Nacional e no Colégio Militar, Exército e Marinha. A Reforma de Fernando de Azevedo (1928) estimularia as discussões sobre a Educação Física escolar e suas possíveis contribuições para a vida dos cidadãos brasileiros. Neste mesmo período são criados nas instituições militares cursos preparatórios de instrutores para atuar e coordenar as atividades físicas nestes estabelecimentos, resultando na formação de “cento e setenta especializados em educação física”.

Com a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) responsável pela expansão nacional da disciplina e a Reforma de Francisco Campos (1931) que torna obrigatória a frequência nas aulas de educação física em todas as instituições de ensino ocorreu uma transformação nos interesses políticos para com a Educação Física que além da preocupação com a saúde e com seu aspecto pedagógico ela passou também a contribuir com a ideologia nacionalista do governo Vargas.

O Decreto nº 24.794 de 14 de janeiro de 1934 cria a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, justamente, para fiscalizar o cumprimento do decreto que estabelece que as práticas da Educação Física fossem responsáveis por formar e preparar o indivíduo através de exercícios racionais e metódicos objetivando atingir a perfeição física e assim poder contribuir produtivamente para a nação. Para que estes objetivos fossem atingidos foi criada uma série de qualidades direcionadas ao indivíduo brasileiro. As características abordadas em seu artigo

quinto como: a saúde; a destreza; a resistência; a força; a coragem e a harmonia das formas pressupõe que além de fornecer um bom condicionamento físico ao sujeito a educação física seria também capaz de intervir na sua formação moral no que diz respeito a ensinar ao indivíduo ter coragem. O documento vai definir as atividades que deverão ser adotadas para atingir tais objetivos citados acima, porém deixa claro que os exercícios terão que respeitar as diferenças fisiológicas entre as faixas etárias e gênero e também as diferenças físicas que o Decreto define como “normalidade” e “anormalidade física”. Assim, obedecendo as “imposições de ordem pedagógicas” as atividades desenvolvidas passariam a ser realizadas através de jogos; flexionamentos; exercícios educativos; esportes individuais; esportes coletivos; ginástica ritmada e aplicações. Demonstrando que além da preocupação em forjar um sujeito na sua individualidade existia também o interesse com a coletividade, ou seja, preparar o cidadão brasileiro para a vida em sociedade.

Este Decreto impõe que a Educação Física seria destinada a todos as instituições ligadas ao MESP e seria facultativa aos de ensino superior, comercial entre outros. E estabeleceu a participação do Ministério da Guerra e da Marinha como fornecedores de militares cursados em educação física para compor o quadro de professores das instituições escolares. Percebe-se que as Forças Armadas ao se envolver na formação de jovens e crianças brasileiras, possivelmente, adotaram métodos disciplinares de ensino que correspondessem às expectativas do governo getulista.

Este procedimento se repete ao longo dos anos, porém mais acentuado, já que se tratava do governo Estado Novo. Verificando um documento expedido em 1937 pelo Ministério da Educação e Saúde quando solicita a cooperação do Ministério da Guerra para auxiliar nas atividades da Divisão de Educação Física pedindo os serviços do Capitão Rollim como diretor da 1ª Região (Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro), fica claro a importância concedida às Forças Armadas em fornecer profissionais capacitados e preparados para atender as instituições de ensino de todo país, auxiliando também na educação da sociedade. Assim solicita o ministro Gustavo Capanema em carta ao ministro General Dutra: “é um serviço a mais que o Ministério da Guerra prestará á causa da educação nacional, causa que é, aliás,

strictamente vinculada á da segurança nacional”. Dessa forma, com a participação do exército na política/educacional do MES seria possível implantar na sociedade através das instituições de ensino suas doutrinas disciplinares e que possivelmente seria utilizada para a defesa do país.

Examinando uma revista do Exército brasileiro, (novembro/1938), dedicada exclusivamente à Educação Física, verificam-se suas propostas ideológicas direcionadas ao povo brasileiro. Um de seus artigos tratará da importância do Exército em resolver os problemas que acometia a sociedade da época, o analfabetismo, a desnutrição, as doenças, os vícios todos esses problemas poderiam ser evitados com a participação do exército através da educação física com seus princípios de aprimoramento moral e do aperfeiçoamento físico contribuindo para o engrandecimento do homem brasileiro. Assim dizia o arquivo:

Entreguemos ao Exército que, no particular, já provou e está provando com a admirável, mais que isto, com a maravilhosa Escola de Educação Física, do que é capaz; entreguemos ao Exército todos os poderes para que, no setor da educação física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um Evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa (Revista de Educação Física, 1938:1).

Sua maior preocupação seria com a defesa da nação, e lapidar a sociedade brasileira era a melhor estratégia para preparar o indivíduo através de práticas disciplinares utilizadas na educação física. O indivíduo disciplinado moralmente e fisicamente estaria preparado para enfrentar todas as dificuldades que o país passava naquele início de século. A perspectiva do Exército era a de um corpo saudável, robusto e resistente, no entanto nota-se que suas expectativas ultrapassavam o plano físico, chegando a um corpo obediente à pátria e ao Exército. Como podemos ver em seu texto:

Só por isto a educação física, codifica em elevados princípios técnicos, robustece o corpo, dando-lhe vigor, resistência, saúde, como aprimora a alma, ensinando-lhe a ver a vida com mais clareza, mais tolerância, mais elevação. Impondo a disciplina como artigo básico, fundamental, é a educação física uma cátedra viva dos que aprendendo a obedecer doutoram-se em manda (Revista de Educação Física, 1938:1).

No texto de Lourenço Filho endereçado ao Major João Barbosa Leite, diretor do Departamento Nacional de Educação, deixa claro que devido à influência do Exército através da Escola de Educação Física do Exército foi possível colaborar com a “organização do ensino técnico-profissional” formando professores civis e militares para atuarem nas instituições de ensino do país para o aperfeiçoamento físico da população, e contribuiu para a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto. Para Lourenço Filho o objetivo do Exército era com a “educação integral” do cidadão brasileiro que além de seu desenvolvimento corporal formaria também seu caráter. Reforçando os aspectos relacionados acima, podemos analisar esta foto:



Imagens dos alunos na Escola Nacional de Educação Física e Desporto.

Fonte: CPDoc FGV.

A fonte acima está representada pelos alunos da Escola Nacional de Educação Física e Desporto durante as aulas práticas do curso, realizando uma apresentação ao visitante Gustavo Capanema em 06 de outubro de 1939, no mesmo ano de sua criação, pelo Decreto Lei 1212 de 1939. A imagem capturada pelo fotógrafo Epaminondas demonstrava uma organização e harmonização dos corpos durante a atividade de Saltos sobre o Cavalo. A padronização dos corpos torna-se visível quando comparados; homens com os corpos rígidos, com suas formas harmônicas, demonstrando força, destreza e resistência, qualidades designadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública que segundo a Inspeção Geral do Ensino Emendativo fica sobre responsabilidade do ensino da Educação Física a obtenção de aperfeiçoar o físico do homem através de exercícios racionais e metódicos. Seus posicionamentos ordenados e disciplinados com características militares podem vir a comprovar a participação das Forças Armadas na difusão da Educação Física no Brasil.

Compreendendo que a Escola Nacional de Educação Física e Desporto foi criada para formar professores capacitados para atuarem nas escolas nacionais. Desse forma, pode-se entender o quanto seria importante que estes fossem modelos exemplares das propostas ideológicas do governo Vargas para semear na sociedade esta concepção de corpo. Como podemos ver no documento enviado ao Presidente Getúlio Vargas:

A Constituição, art. 131, estabelece que a educação física é obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias da República. Para que se consigam tais objetivos (...). É preciso também e sobretudo que existam professores, não professores quaisquer, improvisados no preparo e errados no saber (...) mas ao contrário professores instruídos, possuidores de ciência e técnica dos exercícios físicos, e capazes de os empregar como meios eficientes de melhorar a saúde e dar ao corpo solidez, agilidade e harmonia (Documento enviado pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente Getúlio Vargas em 27 de janeiro de 1939).

Para que estes professores de educação física pudessem desempenhar com competência seu trabalho nas escolas foi criada pela Divisão de Educação Física em 5 de abril de 1945 as Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário. Este documento continha normas que deveriam ser utilizadas pelos professores de educação física nas escolas, substituindo o Regulamento Geral de Educação Física que era seguida por estes profissionais, porém seu conteúdo era muito extenso e não conseguiam terminá-lo no período estipulado. O objetivo das diretrizes seria orientar os professores no seu dever enquanto educadores nas instituições de ensino, oferecendo a eles condições para “conduzir o desenvolvimento físico dos adolescentes no melhor sentido” e através de trabalhos sistemáticos e racionais proporcionarem um desenvolvimento corporal e espiritual garantindo-lhe saúde, como podemos observar no texto:

A educação física nos estabelecimentos de ensino secundário (...) tem por fim proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito concorrendo assim para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e de suas responsabilidades (...) tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para a economia e defesa da Nação (BN IV 301, 5, 12 n.6. p. 7).

Para que as instituições de ensino correspondessem às expectativas do governo na obtenção do preparo corporal de crianças e adolescentes uma série de exigências foram proferidas pelas diretrizes. Além de um espaço físico e materiais específicos para a realização dos exercícios físicos foi determinada a presença de um “médico assistente de educação física” em cada instituição para executar as avaliações biométricas dos alunos. Essas avaliações aconteciam duas vezes ao ano, sendo a primeira avaliação realizada no início do ano letivo para classificar entre a classe escolar os alunos “normais” (seriam aqueles sem nenhuma deformação física) dos que apresentavam “excedências, deficiências, ou defeitos”, e a segunda ocorria ao final do ano para avaliar se os exercícios executados pelos alunos estariam apresentando resultados satisfatórios na sua formação corporal. É interessante mencionar que após a avaliação dos alunos, estes seriam separados em “grupos homogêneos” para que os professores designassem exercícios específicos para cada grupo de acordo com os sexos e suas capacidades físicas. Os alunos indicados como “anormais” teriam liberação dos exercícios atestado pelo médico assistente de educação física caso os exercícios prejudicassem ainda mais suas “anomalias”. Estes métodos utilizados nas instituições escolares não se reduziam apenas às aulas de educação física, pois de acordo com as diretrizes essas divisões, segundo os padrões corporais, tinham que ser mantidas também nas classes de ensino intelectual.

As pesquisas demonstram que a educação física escolar se tornaria um instrumento do governo para selecionar e produzir um padrão de corpo ideal para os brasileiros. Com isso, observa-se que o governo Vargas ansiava pela formação de um novo homem para o Brasil apresentando um desenvolvimento integral e assim colaborando com suas qualidades e capacidades para o crescimento de um país que transitava em meio às transformações sociais.

Por isso, considera-se que o MES apresentou um importante papel no governo Vargas, principalmente no Estado Novo, quando suas ideias e projetos seriam designados especificamente para a formação integral do cidadão brasileiro. Já que o MES abrangia os departamentos de saúde, educação, cultura e assistência social que direcionavam seus serviços na propagação de valores e conhecimentos que seriam utilizados pelo governo como uma estratégia política/ideológica nas instituições de ensino. Assim verificamos nas fontes

analisadas que a Educação Física sobre a influência do Exército e do Departamento Nacional de Educação tornar-se-ia um instrumento condutor e disciplinador de jovens brasileiros e ao mesmo tempo na produção de corpos padronizados que pudessem representar toda nação e também atender as necessidades imperativas do início do século XX que seriam a economia e a defesa da nação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo. Moderna, 2006.

DINIZ, Eli. Engenharia Institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais In PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos in CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques & VIGARELLO. Georges. *História do Corpo: 2. Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____, Cristina. M. O. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva* Vol. 3, Número 2, 1993.

GOMES, Angela de C. Ideologia e trabalho no Estado Novo In PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR.

_____, Gilberto. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina in CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques & VIGARELLO. Georges. *História do Corpo: 3. As mutações do olhar: O século XX*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PARADA, Maurício. *Educando Corpos e Criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Apicuri, 2009.

RICHTER, Ana Cristina ; VAZ, Alexandre Fernandes. Educar e cuidar do corpo: biopolítica no atendimento à pequena infância. *Educação em Revista*, 2010, Vol.26, p.117-134.

SANGLARD, G. “Hospital Municipal Barata Ribeiro” IN: PORTO, A. et al. *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; Bomeny, Helena M. B.; Costa, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo. Paz e terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VAGO, T. M. Cultura escolar, cultivo de corpos: educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). *Educar*, Curitiba, n. 16, p. 121-135. 2000. Editora da UFPR.